

Contestação Da educação aos transportes, saúde, justiça e indústria, o descontentamento é geral. Até novembro, pré-avisos de greve superavam em 25% os acumulados no mesmo período de 2021. Contestação continuará a intensificar-se em 2023

Pressão da inflação coloca greves em máximos de 2019



Salários e progressões na carreira estão no topo das reivindicações dos trabalhadores, que se mobilizam cada vez mais FOTO RUI OLIVEIRA

Textos CÁTIA MATEUS

O balanço final do ano ainda não é público, mas os dados já disponíveis permitem antecipar que em 2022 a contestação social terá aumentado significativamente. Até novembro de 2022, o número de pré-avisos de greve comunicados ao Ministério do Trabalho era já de 863, mais 25% do que os 691 registados no período homólogo de 2021, mostram os dados disponíveis na Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT). Para as centrais sindicais, é seguro dizer que, somando as muitas greves e paralisações realizadas em dezembro, 2022 ficará marcado pelo aumento da contestação social para níveis de 2019. Um movimento que, admitem, deverá prolongar-se em 2023.

A contestação dos professores tem marcado a agenda mediática das últimas semanas, mas não é a única a afetar o país, que desde o início do ano já viu parar os maquinistas da CP e da Metro Sul do Tejo, os trabalhadores do Instituto dos Registos e do Notariado, da Infraestruturas de Portugal, os trabalhadores portuários. Se recuarmos a dezembro do ano passado, a lista alonga-se. No último mês do ano — já com os habituais processos de negociação para atualizações salariais em curso — a contestação foi sobretudo visível no sector dos transportes (CP, IP, Metro, TAP e portos), comércio, *contact centers*, hotelaria, entre outros.

Ana Pires, membro da comissão executiva da CGTP, fala numa progressiva degradação das condições de vida das famílias e de um empobrecimento dos trabalhadores que se vem acentuando

exponencialmente desde 2022 e que, vinca, “foi já visível com os protestos e paralisações a que assistimos no final do último ano”. Razão pela qual, diz, “não há grandes dúvidas de que 2023 será um ano de forte contestação e agitação social”.

Os últimos dados relativos aos pré-avisos de greve comunicados ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), disponibilizados pela DGERT, reportam a novembro de 2022. Nesse mês foram comunicados 69 pré-avisos de greve, contribuindo para um acumulado (entre janeiro e novembro) de 863 processos iniciados, mais 172 do que os registados no mesmo período de 2021. Na verdade, é preciso recuar ao período homólogo de 2019 para encontrar um nível semelhante de pré-avisos de greve (917).

Do total de pré-avisos comunicados em novembro, a maioria ocorreu fora do sector empresarial do Estado, com os sectores dos transportes e armazenagem (22%), as indústrias transformadoras (16%) e as atividades de saúde humana e apoio social (10%) a destacarem-se na contestação, com maior percentagem de pré-avisos comunicados.

A análise acumulada dos dados disponíveis revela que a maioria (707) do total de pré-avisos comunicados entre janeiro e novembro de 2022 pedidos entregues até novembro ocorreram no sector privado e os restantes 156 no sector empresarial do Estado. Mas os sindicatos garantem que com a perda de poder de compra a acentuar-se e as atualizações salariais a ficarem muito aquém do aumento dos preços, “o descontentamento é generalizado”, vinca Ana Pires.

Travar o empobrecimento

O Expresso solicitou ao MTSSS dados atualizados sobre o número de pré-avisos de greve comunicados durante o mês de dezembro de 2022 e primeiras semanas de janeiro, e não obteve resposta. Basta, porém, olhar para os próximos meses para perceber que o calendário da contestação está preenchido até abril (ver caixa).

“A tendência para este ano é um aumento da contestação social”, explica Ana Pires, realçando que é até expectável que o número de pré-avisos em janeiro supere os comunicados nos últimos meses de 2022. “Se em de-

zembro tivemos os subsídios de Natal e apoios extraordinários dados pelo Governo, este mês não haverá nada disso. Os trabalhadores vão ser confrontados com a realidade do enorme aumento de custos que não é acompanhado pelos salários”.

Sérgio Monte, secretário-geral adjunto da UGT, reconhece que terá existido um aumento dos pré-avisos de greve em dezembro e janeiro, “altura em que foi possível conhecer a média da inflação para 2022 e em que se percebeu que muito poucos acordos terão previsto atualizações salariais de 7,8%”. No entanto, recorda que “as convenções coletivas são sobretudo renegociadas no primeiro semestre do ano e isso também poderá contribuir para um aumento da contestação nesta fase, como forma de pressão”.

Ainda assim, Sérgio Monte reconhece que “2022 foi um ano de perda para os trabalhadores” e que grande parte dos acordos que são fechados têm por base os 5,1% previstos no acordo de rendimentos que o Governo assinou com os patrões e a UGT, em outubro passado. Um valor que Ana Pires considera “miserabilista”, já que, “na prática, representa um empobrecimento dos trabalhadores”.

A CGTP, que ficou de fora do acordo com o Governo, recorda que “num país como o nosso, onde mais de 70% dos trabalhadores recebe abaixo de mil euros, ou seja, vive no limiar da pobreza, atualizações salariais deste nível só os vêm empurrar para a pobreza extrema, mesmo trabalhando a tempo inteiro”. Ana Pires sinaliza, por isso, que a contestação continuará a intensificar-se “se não forem adotadas medidas estruturais capazes de travar o empobrecimento, como a limitação de preços de bens essenciais e a taxação dos lucros”.

cmateus@expresso.imprensa.pt

CALENDÁRIO DAS GREVES

Desde 10 de janeiro

Os oficiais de justiça cumprem desde 10 de janeiro e por tempo indeterminado uma paralisação entre as 13h30 e a meia-noite. Reclamam o descongelamento das progressões e a falta de funcionários.

Até 31 de janeiro

O STOP — Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (professores e profissional não docente) convocou greves nacionais ao longo de todo o mês de janeiro, mas a contestação já se iniciou no ano passado, a 9 de dezembro, com paralisações em vários estabelecimentos de ensino. Reclamam melhores salários e progressões.

Até 7 de fevereiro

A Federação Nacional de Professores (Fenprof) iniciou esta semana uma nova greve, desta vez por distritos. A contestação que junta sete sindicatos termina a 7 de fevereiro, estando prevista para o dia 9 uma manifestação nacional. Até ao final do mês de fevereiro, o Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPIE) convocou também uma greve, na qual os professores param ao primeiro tempo letivo do seu dia.

Até 31 de janeiro

Estão em greve os guardas prisionais. O Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional prolongou a paralisação que tinha iniciado em dezembro e alargou-a a outra prisão lisboeta. Até ao final deste mês, estarão em greve os guardas prisionais do estabelecimento anexo à sede da Polícia Judiciária (PJ), em Lisboa, assim como os guardas da prisão de Monsanto. Segurança e melhores condições de trabalho motivam o protesto.

De 25 a 31 de janeiro

Pela segunda vez em dois meses, voltam a parar os tripulantes da TAP. O Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) vai avançar com sete dias de paralisação contra o novo Acordo de Empresa apresentado pela administração.

De 15 de fevereiro a 15 de abril

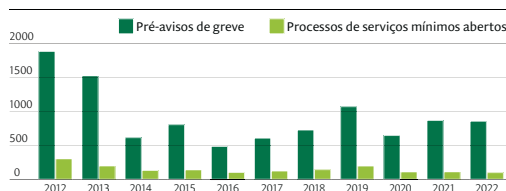
Os funcionários judiciais vão cumprir dois meses de greve. O protesto, convocado pelo Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), abrangerá os atos relacionados com audiências de julgamento, diligências de arguidos não privados da liberdade, atos contabilísticos e registos estatísticos no “Citius”. Lutam contra o prolatamento da resolução dos problemas de carreira que afetam os funcionários judiciais.

Todo o ano

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, emitiu um pré-aviso de greve, com início a 6 de janeiro de 2023 e fim a 2 de janeiro de 2024, a todo o trabalho suplementar, complementar ou em dia feriado.

EVOLUÇÃO ANUAL DE PRÉ-AVISOS DE GREVE

Em milhares



* Dados contabilizados até ao final do mês de novembro

Fonte: DGERT - DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO